

A perda de si no ato da escrita: o desassossego em Fernando Pessoa

Raphael Meciano
Universidade de São Paulo

Resumo

O artigo que se segue busca elaborar por meio da análise do *Livro do desassossego*, de Fernando Pessoa, aquilo que torna a sua escrita necessária como perda de si enquanto autor. Partindo do problema de que Pessoa não busca o sentido final, tampouco a finalização de seus fragmentos em uma obra acabada, faço a seguinte pergunta: Por que tal escrita, analisada aqui como ato, não cessaria, ou melhor, não chegaria ao fim?

Palavras-chave: escrita; Fernando Pessoa; *Livro do desassossego*; perda de si.

Abstract

The article that follows is an attempt to elaborate through the analysis of the *Livro do desassossego*, by Fernando Pessoa, exactly what makes his writing necessary as one's loss of himself as an author. Starting from the problem that Pessoa does not actively search for a final meaning, neither tries to arrange its fragments into a finished work, a matter is relevant: Why such writing, analyzed here as an act, would not cease, or even proceed to reach an end?

Keywords: writing; Fernando Pessoa; *Livro do desassossego*; loss of self.

*Não escrever não deve se referir a um “não quero escrever”,
tampouco algo mais ambíguo como um “eu não posso escrever”,
que na verdade marca ainda, de uma maneira nostálgica, a relação de um
“Eu” com o poder sob a forma de sua perda. Não escrever sem
poder, é isto que supõe a passagem para a escrita.*

Maurice Blanchot (1980, p. 26)

Introdução

Faz-se basilar neste artigo a questão da necessidade da escrita na composição do que se tornou o *Livro do desassossego* de Fernando Pessoa, obra compósita e somente editada após a morte do autor. Sendo assim, a organização interna de suas partes é relativamente arbitrária, concebida com base no estudo de seus manuscritos.

O livro é composto de três partes. A primeira e a segunda são formadas pelos fragmentos principais atribuídos ao *Livro do desassossego* pelo próprio autor, os quais estão subdivididos entre os capítulos “Autobiografia sem fatos” e “Os grandes trechos”. A terceira parte, no entanto, foi acrescida em apêndice, na edição organizada por Richard Zenith,¹ com outros trechos que fazem referência ao livro, mas que foram encontrados dispersos no arquivo de Fernando Pessoa.

O que me interessa em particular é o fragmento escolhido pelo editor para concluir o livro e que leva o título de “Ideias metafísicas do *Livro do desassossego*”. Neste trecho, Pessoa parece formular uma rigorosa argumentação especulativa sobre a verdade absoluta, o ser, o não ser, a realidade e as sensações. Deste modo, o problema que levanto diz respeito a que esta última parte do *Livro do desassossego* poderia soar, em uma leitura apressada, como conclusão negativa e niilista. Contudo, a minha hipótese é que tal fragmento, arbitrariamente escolhido por Richard Zenith para fechar o livro, não parece ser necessariamente destinado a uma conclusão, a qual findaria tendo como horizonte o nada. Pelo contrário, a perda de sentido não pode figurar como o fim, a finalidade ou a conclusão da escrita de Pessoa, mas como aquilo que a torna uma exigência, o motivo pelo qual se escreve ou aquilo que torna a escrita dos fragmentos uma necessidade. Isso porque o *Livro do desassossego*, sendo uma compilação de fragmentos, não me parece possuir um efeito conclusivo nas “Ideias metafísicas”; pelo contrário, elas parecem ser a exigência da escrita dos fragmentos do *Livro*, na medida em que se pode ler que o autor não deseja constituir uma obra, mas que ele escreve para se esquivar dela, tal como se observa em um de seus fragmentos: “[...] não farei a obra que não faço agora, e buscarei, para a continuar a não ter feito, desculpas diversas daquelas em que hoje me esquivo a mim” (PESSOA, 2011, p. 48). Portanto, desejo demonstrar que tudo já começa com o sentido perdido de antemão, e a escrita do e no desassossego constitui-se para fazer existir outra coisa que não uma obra com sentido projetado e concluído, ou seja, o *Livro do desassossego* não é o malogro da obra, mas uma escrita que não visa à obra — uma escrita para, paradoxalmente, não vir a escrever (a obra).

O Eu perdido

Para dar início às minhas preocupações, atendo-me, em primeiro lugar, ao problema da perda de sentido no texto aqui selecionado, para que, em sequência, seja possível elaborar o problema da necessidade da escrita no conjunto de fragmentos de Fernando Pessoa que compõe o *Livro do desassossego*. A escolha por analisá-lo a partir do trecho intitulado “Ideias metafísicas do *Livro do desassossego*” se deve a um motivo simples, mas pleno de consequências: trata-se do único fragmento, na composição que forma o *Livro*, que obedece à formalidade da demonstração filosófica. Isto é importante na medida em que a filosofia aparece na tradição cultural como aquilo

¹ Existem outras edições e organizações do *Livro do desassossego*. Este trabalho se pautará na organização de Richard Zenith, editada pela Companhia das Letras, publicada originalmente em 1997 pela editora portuguesa Assírio & Alvim.

que estabelece uma imagem do que é o exercício de pensar; e pensar segundo uma obediência ao valor da verdade — em sentido tradicionalmente aceito.²

Nesse sentido, depreende-se no fragmento ora selecionado uma argumentação construída, pelo menos aparentemente, com uma tentativa de rigor especulativo analítico-lógico (refutação das contradições, divisão do objeto de análise em partes, formulação de proposições e hipóteses etc.). Assim, o que primeiro se constata no fragmento é a questão principal que implica saber se a verdade é uma sensação do sujeito. Desta maneira, cito Pessoa: “A verdade? É uma coisa exterior? Não posso ter a certeza dela, porque não é uma sensação minha, e eu só destas tenho a certeza. Uma sensação minha?” (PESSOA, 2011, p. 522). A esta questão seguem-se duas proposições iniciais quando se afirma que (a) a única certeza são as sensações e (b) a verdade sou “Eu próprio”. Por conseguinte, leem-se na sequência três hipóteses: (1) a verdade pode ser *uma* de suas sensações, (2) uma *parte* de suas sensações ou (3) a *soma* de todas as suas sensações. Finalmente, todas as hipóteses são demonstradas e refutadas, para que reste a conclusão de que a verdade não existe. Tal como se pode ler em seguida:

A [...] hipótese é que a verdade existe dentro das minhas sensações. Nesse caso ou é a soma delas todas, ou é uma delas, ou parte delas. Se é uma sensação, não se distingue essencialmente das outras, e, para que se distinguisse, era preciso que se distinguisse essencialmente. E se não é uma sensação, não é uma sensação. Se é parte das minhas sensações, que parte? [...] É uma destas partes, que a Verdade, a ser parte das minhas sensações, tem de ser [...] Se é uma das duas faces — qual? A face “subjectiva”? Ora essa face subjectiva aparece-me sob uma de duas formas — ou a da minha “individualidade” una ou a de uma múltipla individualidade “minha”. No primeiro caso é uma sensação minha como qualquer outra e já fica refutada no argumento anterior. No segundo caso, essa verdade é múltipla e diversa, é verdades — o que é contraditório com a ideia de Verdade, valha ela o que valer. Será então a face objectiva? O mesmo argumento se aplica, porque ou é uma unificação dessas sensações numa ideia de um mundo exterior — e essa ideia ou não é nada ou é uma sensação minha, e se é uma sensação, já fica refutada essa hipótese [...] Resta analisar se a Verdade é o conjunto das minhas sensações [...] Mas para ser a totalidade das minhas sensações, mesmo concebidas como minhas sensações, nuamente, a verdade fica dispersa — desaparece. Porque, ou se baseia na ideia de totalidade, que é uma ideia (ou sensação) nossa, ou não se apoia em parte nenhuma. Mas nada prova, mesmo, a identidade de verdade e totalidade. Portanto, a verdade não existe. (PESSOA, 2011, p. 521-523)

Não discuto, todavia, neste artigo, se o critério lógico-analítico do autor é bem ou mal empregado nas suas demonstrações, ou se as hipóteses foram corretamente refutadas para que ele tenha chegado à conclusão de que a verdade não existe. O que me interessa é o esforço em

² Para Jean Hyppolite, “[...] a diferença entre o discurso literário e o discurso filosófico é muito importante. Enquanto o discurso literário é uma especulação imaginativa, o discurso filosófico envolve uma norma da verdade” (HYPPOLITE, 1970, p. 158; tradução nossa).

solicitar e obedecer, por um instante, uma linguagem que parece buscar o rigor de um procedimento filosófico tradicional, tendo como questão a própria verdade. Conquanto, após o enunciado, “portanto, a verdade não existe” (PESSOA, 2011, p. 523), Pessoa ainda pondera e acresce que a verdade, por fim, equivale a qualquer sensação “nossa” (ou ideia, que se confunde com a sensação no trecho acima), e ela, a verdade, não teria correspondência nenhuma em outro lugar a não ser nas sensações:

Mas nós temos a ideia...

Temos, mas vemos que não corresponde a “Realidade” nenhuma, suposto que realidade significa qualquer coisa. A Verdade é, portanto, uma ideia ou sensação nossa, não sabemos de quê, sem significado, portanto sem valor, como qualquer outra sensação nossa. (PESSOA, 2011, p. 523)

É mister, pois, lembrar das proposições iniciais do fragmento, nas quais Pessoa ressalta: “A única realidade para mim são as minhas sensações. Eu sou uma sensação minha” (PESSOA, 2011, p. 522). E, logo após o enunciado precedente, há o seguinte acréscimo: “A única verdade para mim sou eu próprio. Isolar-me tanto quanto possível dos outros é respeitar a verdade” (PESSOA, 2011, p. 522). Sendo assim, conclui-se que o próprio Eu é uma sensação e a verdade é equivalente ao Eu, enquanto sensação de alguém consigo mesmo, isolado de qualquer interferência dos “outros”.

Dessa forma, dirijo-me para a parte final do trecho que leva ao limite a lógica e as conclusões iniciadas por Pessoa:

Ficamos, portanto, com as nossas sensações por única “realidade”, realidade que “realmente” até tem aqui certo valor, mas é uma conveniência para frasear. De “real” temos apenas as nossas sensações, mas “real” (que é uma sensação nossa) não significa nada, nem mesmo “significa” significa qualquer coisa, nem “sensação” tem um sentido, nem “tem um sentido” é coisa que tenha sentido algum. Tudo é o mesmo mistério. Reparo, porém, em que nem “tudo” pode significar coisa alguma, ou “mistério” é palavra que tenha significação. (PESSOA, 2011, p. 524)

Tal como podemos inferir das últimas linhas do fragmento de Pessoa, ao levar ao limite o descompasso das sensações como única verdade do Eu (e do Eu como verdade), sem correspondência exterior com o mundo (ou a realidade) e sendo a única realidade as sensações, tudo que não seria o Eu da sensação, para o autor, começa a entrar em colapso, pois as palavras começam a ficar vazias de sentido. Deste modo, o que se ratifica na conclusão é que o próprio Eu se torna escombros, um negativo, um Eu exilado em um refluxo para o nada.

No entanto, não é seguro dizer que essa seja a conclusão do *Livro* ou a sua última palavra, pois ainda que Pessoa tenha chegado a inferir a total perda de sentido em um dos seus trechos, isto não o faz cessar de escrever. Minha hipótese é que, à medida que Pessoa solicita a atitude de um procedimento tradicional da filosofia, em um raciocínio lógico que pretende verificar a existência da verdade — de uma verdade equivalente ao Eu, em uma busca intelectual do autor que

se configura como a busca da verdade de si mesmo —, aos poucos, conforme as contradições vão aparecendo e a verdade (como verdade de si mesmo) vai sendo refutada, constitui-se um campo de impossibilidade do pensamento. Ou seja, o pensamento, ao exacerbar a busca da verdade, chega ao ponto de não conseguir mais pensar; chega à completa perda de sentido. Contudo, esse nada, no qual Pessoa mergulha quando se dispõe a buscar a verdade para encontrá-la, não pode ser o signo por meio do qual é permitido interpretar os fragmentos do *Livro do desassossego*, pois, no decorrer do *Livro* não é a verdade como verdade de si mesmo que se busca, tal como se pode constatar, por exemplo, na citação do fragmento número 15: “Conquistei, palmo a pequeno palmo, o terreno interior que nascera meu. Reclamei, espaço a pequeno espaço, o pântano em que me quedara nulo. Pari meu ser infinito, mas tirei-me a ferros de mim mesmo” (PESSOA, 2011, p. 52).

A escrita de Pessoa, assim, não parece encaminhar-se para o nada quando conclui a inexistência da verdade. Quando se lê o trecho citado, o que está sugerido é que o Eu (como verdade) já é uma velha história, porque a questão é “tirar-me a ferros de mim mesmo” (PESSOA, 2011, p. 52).

A desterritorialização na perda de sentido

Assim, o que a ausência de sentido produz após o esforço de um procedimento lógico é justamente a necessidade de pensar para além, ou aquém, disso que quer a verdade de si mesmo. O *Livro do desassossego* começa quando não se quer mais a si mesmo; quando o pensamento chegou a um limite, e então, para não parar no nada, precisa abandonar aquilo que o fez chegar ao nada, pois, como diria Blanchot:

[...] o homem, esse intelecto consumado na medida do universo, remete todo o edifício à noite e, ao suprimir esse intelecto universal, receberia da negação última ainda uma luz, uma afirmação suplementar, aquela que acrescentaria ao todo a verdade do sacrifício do todo? Apesar do caráter de um tal movimento, tão desmesurado que não podemos pretender recusá-lo [...], gostaria de dizer que a experiência-limite é ainda mais extrema.

É que esse ato de suprema negação, [...], pertence sempre ao possível [...]. Um tal ato não nos levaria de modo algum a consumir o passo decisivo, aquele que nos remete — e de certo modo sem nós — a uma surpresa da impossibilidade, deixando-nos pertencer a esse *não-poder que não é apenas a negação do poder*. A experiência-limite representa *como que* uma nova origem para o pensamento. (BLANCHOT, 2007, p. 192)

A perda de sentido nas *ideias metafísicas* de Pessoa parece aproximar-se disso que Blanchot conceitua como experiência-limite, enquanto uma nova origem para o pensamento. Consequentemente, para não retornar ao nada, não se escreve mais em busca de si mesmo ou da verdade. Deste modo, a escrita passa a ser algo diferente da imagem de uma busca de si mesmo, então ela foge do Eu para poder fazer nascer novamente o pensamento, tal como é possível demonstrar no primeiro fragmento do *Livro* que retomo aqui:

Não temos, é certo, um conceito de valia que apliquemos à obra que produzimos. Produzimo-la, é certo, para nos distrair, porém não como o preso que tece a palha, para se distrair do Destino, senão da menina que borda almofadas, para se distrair, sem mais nada.” (PESSOA, 2011, p. 42)

A escrita, nesse ponto, já não tem o que encontrar da verdade de si mesma, já começa a saltar para outro lugar — a escrita faz distrair sem ser a distração em relação a alguma coisa. Neste sentido, é possível elaborar a partir da escrita do *Livro do desassossego* aquilo que Deleuze e Guattari conceituam como um processo de desterritorialização:

A impossibilidade de escrever de outra maneira que não em alemão é para os judeus de Praga o sentimento de uma distância irreduzível em relação a uma territorialidade primitiva, a tcheca. E a impossibilidade de escrever em alemão é a desterritorialização da própria população alemã, minoria opressiva que fala uma língua afastada das massas, como uma “língua de papel” ou artificial; e tanto mais os judeus que, ao mesmo tempo, fazem parte dessa minoria e dela são excluídos “como ciganos que roubaram do berço a criança alemã”. Em resumo, o alemão de praga é uma língua desterritorializada, própria a estranhos usos menores. (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p. 25-26)

Quando Deleuze e Guattari falam em processos de desterritorialização a propósito da língua alemã entre os tchecos, tal conceito aparece na medida em que surge uma impossibilidade, e tal impossibilidade constitui a necessidade de produzir algo de outra maneira, como falar e escrever. Ora, tal como o excerto acima enuncia, em Praga, deve-se escrever em alemão, assim é impossível para os tchecos não escrever em alemão, contudo o alemão, em Praga, ao dever se dirigir aos tchecos distancia-se do próprio alemão, porque deve instituir o alemão para “não alemães”. É nesta medida que o alemão de Praga torna-se uma língua desterritorializada, quando o seu uso faz o território alemão escapar em função da relação com os tchecos e faz o território tcheco escapar em função da língua artificial alemã — há algo que não é mais tcheco e nem é alemão.

Quanto à escrita do *Livro do desassossego*, trata-se da impossibilidade de pautar a escrita segundo uma busca filosófica da verdade de si mesmo. Não é mais possível escrever — e mesmo pensar — em termos de verdade segundo um procedimento lógico; a escrita de Pessoa como busca de si mesmo encontra nas *Ideias metafísicas* um limite no nada, uma impossibilidade em que a filosofia se torna uma “língua de papel”, um procedimento que, em vez de fazer pensar, faz o pensamento parar. Por conseguinte, a impossibilidade da verdade de si constitui uma outra necessidade que o faz começar a escrever desterritorializando sua escrita.

Tendo em vista tal problemática, uma questão faz-se necessária: Como se dá tal processo de desterritorialização na escrita de Pessoa? Para ser possível desdobrar esta questão, começo por dizer que todo o movimento se dá em um colapso da busca da verdade de si mesmo. O Eu constitui um território que foi arrasado. Desta feita, quando Pessoa enuncia como proposição nas suas *Ideias metafísicas* “eu sou uma sensação minha” (PESSOA, 2011, p. 522), a frase, como toda

frase que remete a uma tentativa de autoconhecimento ou autorrepresentação, parece produzir dois Eus, um que sente e um que é sentido — ou um que sabe e um que é sabido — porquanto se percebe que o Eu aparece como exterior à sensação, isto é, uma ideia que perde todo o sentido como todas as outras ideias ou sensações que lhe são externas.

Entretanto, a questão aqui não é identificar um Eu verdadeiro, dividido entre um Eu exterior sentido e um Eu interior que sente (isso já foi feito pelo próprio Fernando Pessoa no trecho analisado), o que proponho implica que, quando se busca especular sobre si mesmo, o Eu torna-se outro, algo que deve ser tornado objeto (é preciso falar do Eu como substantivo, o pronome Eu torna-se o Eu), e é justamente quando o Eu é posto como objeto a ser sabido que o processo de desterritorialização começa, pois o que é a interioridade deve ser visto como exterioridade ou tornar-se uma imagem externa. Portanto, a linguagem precisa desterritorializar para poder reconstituir o território no qual o Eu (substantivado) pode ser dito, escrito ou representado.

A necessidade da escrita na perda do Eu

O Eu, assim, se constitui por meio de um processo de desterritorialização da linguagem, mas que só se torna Eu “verdadeiro” (o sujeito) quando se reterritorializa na procura de sua verdade. Entretanto, quando já se levou ao limite tal busca, a qual, para Pessoa, resultou na impossibilidade desta verdade, há algo que não mais se reterritorializa, tampouco se deixa reterritorializar no nada. Enfim, a última indagação que faço não é como desterritorializar a escrita, mas como é que a escrita do e no desassossego se fez enquanto processo de desterritorialização — isto é, enquanto uma escrita que destrói o Eu e a ele não retorna. Entrego, pois, aos próprios fragmentos do *Livro do desassossego* para que eles respondam a esta indagação:

Não são as paredes reles do meu quarto vulgar, nem as secretárias velhas do escritório alheio, nem a pobreza das ruas intermédias da Baixa usual, tantas vezes por mim percorridas que já me parecem ter usurpado a fixidez da irreparabilidade, que formam no meu espírito a náusea, que nele é frequente, da quotidianidade enxovalhante da vida. São as pessoas que habitualmente me cercam, são as almas que, desconhecendo-me, todos os dias me conhecem com o convívio e a fala, que me põem na garganta do espírito o nó salivar do desgosto físico. E a sordidez monótona da sua vida, paralela à exterioridade da minha, é a sua consciência íntima de serem meus semelhantes, que me veste o traje de forçado, me dá a cela de penitenciário, me faz apócrifo e mendigo.

Há momentos em que cada pormenor do vulgar me interessa na sua existência própria, e eu tenho por tudo a afeição de saber ler tudo claramente. Então vejo — como Vieira disse que Sousa descrevia — o comum com singularidade, e sou poeta com aquela alma com que a crítica dos gregos formou a idade intelectual da poesia. Mas também há momentos, e um é este que me oprime agora, em que me sinto mais a mim que às coisas externas, e tudo se me converte numa

noite de chuva e lama, perdido na solidão de um apeadeiro de desvio, entre dois comboios de terceira classe. (PESSOA, 2011, p. 67-68)

Há um interessante movimento no trecho precedente no qual o Eu parece constituir-se à revelia. Trata-se do reconhecimento dos outros no Eu e do Eu nos outros; este momento em que, tal como nos diz Pessoa, ainda que se olhe “o comum com singularidade”, oprime-se o olhar de si mesmo num “apeadeiro de desvio, entre dois comboios de terceira classe”. Consequentemente, o reconhecimento nos outros é, ao mesmo tempo, o reconhecimento de si mesmo enquanto comum, enquanto uma consciência comum tal qual todo mundo, cotidiano, ordinário e vulgar. Entretanto, a escrita do e no desassossego não para no fenômeno do reconhecimento, aliás ela não quer parar, pois o desassossego é justamente o que sucede do reconhecimento em comum, instante em que tal perplexidade faz a escrita escapar por meio da recusa do que é sempre o mesmo e nulo, e assim quem escreve torna-se capaz de criar arrancando-se a ferros de si mesmo.

Entretanto, a isso que se diz do desassossego por conta do aprisionamento no ordinário da vida comum e cotidiana, não se segue uma vontade de heroísmo e de tornar-se notável, isso seria novamente reterritorializar-se em um outro tipo de reconhecimento, e Bernardo Soares (o heterônimo de Fernando Pessoa a quem é atribuído o *Livro*) é por demais sem vontade de esforço e ação para tornar-se herói; um grande homem é o que ele não pode, não quer, ou não tem mais forças para ser. Portanto, a escrita de Pessoa é a invenção de algo que faz escapar à terrificante imagem de um Eu que se constituiria reconhecendo-se no cotidiano indiferente, junto à ordinária vida comum, sem contudo pretender o que poderia parecer o contrário de uma vida comum, isto é, uma vida notória, célebre ou virtuosa — o Eu não é igual aos outros (Eles) e o Eu não se afirma sobre os outros (Eles); o Eu de saída está perdido.

No entanto, é importante que se entenda que o problema não é necessariamente o comum, pois é sempre possível “ver o comum com singularidade” (PESSOA, 2011, p. 67), o problema está quando “a consciência íntima de serem meus semelhantes, que me veste o traje de forçado, me dá a cela de penitenciário” (PESSOA, 2011, p. 68). Portanto, o reconhecimento em comum (e no comum) é, justamente, o aprisionamento *no* Eu entre outros Eus ordinários e indiferentes; o desassossego em relação à vida comum e ordinária é o desassossego quanto à representação de si, que força a invenção de um outro corpo que não se representa; trata-se do corpo da escrita — quando se inventa a forma de livrar-se de si mesmo, pois o reconhecimento na vida ordinária é o próprio estado de choque a partir da evidência de um Eu como equivalência “a todo mundo” (os outros “Eus”) no interior de hábitos repetitivos. Contudo, nunca se trata de livrar-se do hábito de uma vez por todas, mas de um constante desassossego com o que poderia fazer a escrita parar na repetição do mesmo — é então o desassossego que escreve.

Conclusão

Em síntese, a necessidade de escrever aparece nos fragmentos do *Livro do desassossego* na medida em que só se pôde começar em um Eu em escombros; em estado constante de desconforto com sua representação reconhecida na ordenação do cotidiano ou em uma busca por tornar-se notório ou um “grande homem”. O desassossego inventa algo da ordem do que resiste, a um só tempo, a uma pretensa grandeza virtuosa e ao ordinário ou comum. Portanto, tem-se necessidade de uma escrita como a do *Livro do desassossego* quando não se quer mais a verdade de si mesmo, não cabendo mais nem a expressão do que seria o sujeito ordinário (comum), tampouco a expressão do sujeito notável, heroico, grande ou virtuoso.

A escrita do e no desassossego é a invenção do extraordinário — ou seja, o que não é nem ordinário ou comum e nem notável, grande ou virtuoso. Algo traduzível no que Deleuze, ao conceituar o pensamento nômade, diz a respeito de Nietzsche: “fazê-lo passar um novo corpo, inventar um corpo no qual isso possa passar e fluir: um corpo que seria o nosso, o da terra, o do escrito” (DELEUZE, 2005, p. 351).

Referências

BLANCHOT, Maurice. *L'écriture du désastre*. Paris: Galimard, 1980.

_____. *A conversa infinita: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007. v. 2.

_____. *A ilha deserta*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

HYPOLITE, Jean. The structure of philosophic language according to the ‘preface’ to Hegel’s phenomenology of the mind. In. MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Orgs.). *The Languages of Criticism and the Sciences of Man: the structuralist controversy*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1970.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Minicurrículo

Raphael Meciano é atualmente mestrando em história social pela Universidade de São Paulo, com pesquisa no campo da história intelectual contemporânea e literatura brasileira. Sua pesquisa de mestrado tem como escopo a recepção da obra de Jacques Derrida no Brasil e suas relações com a tradição do modernismo literário brasileiro — principalmente a vanguarda antropofágica relacionada à obra de Oswald de Andrade.